

- 1.000 Questões gabaritadas do Instituto Avalia;
- De acordo com os principais assuntos abordados no Edital de Abertura do Concurso Público nº 002/2026 de acordo com os Conhecimentos Comuns;
- Organizado por disciplinas e assuntos.

1.000

QUESTÕES PARA A

POLÍCIA PENAL-RN

CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa
História do RN e Aspectos
Goeconômicos do RN
Ética no Serviço Público

Direito Constitucional
Direito Administrativo
Direitos Humanos
Execução Penal

1.000

QUESTÕES PARA A

PP-RN

CONHECIMENTOS COMUNS

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 100 questões gabaritadas para o concurso do Polícia Penal do Rio Grande do Norte- PP-RN, trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca Instituto Avalia, contratada para a realização do certame, e também um complemento de questões de bancas variadas, para os Conhecimentos Comuns, de acordo com os itens mais relevantes do Edital de Abertura do Concurso Público nº 002/2026

O material é separado em disciplinas, de acordo com os assuntos abordados no edital publicado, para que você possa treinar tudo o que foi cobrado e já conhecer o que, possivelmente, sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	11
→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A, ETC).....	12
→ ACENTUAÇÃO.....	12
→ USO DO HÍFEN	13
→ FONÉTICA (FONEMAS, DÍGRAFOS, ENCONTROS CONSONANTAIS, VOCÁLICOS). SEPARAÇÃO SILÁBICA	13
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	16
→ SUBSTANTIVO	17
→ ADJETIVO	17
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	17
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	21
→ PRONOMES PESSOAIS.....	21
→ PRONOMES RELATIVOS.....	22
→ ADVÉRBIO	22
→ PREPOSIÇÃO.....	23
→ CONJUNÇÃO.....	24
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	26
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	27
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	30
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	30
→ SUJEITO	30
→ PREDICADO.....	30
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	30
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO	31
→ FUNÇÕES SINTÁTICAS DOS PRONOMES RELATIVOS	31
→ CRASE.....	31
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	32
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	39
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	41

→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	57
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	61
→ GABARITO 	64
HISTÓRIA DO RN E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RN	67
→ GEOGRAFIA - GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	67
→ HISTÓRIA - HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	70
→ GABARITO 	79
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	81
→ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - ÉTICA, MORAL, PRINCÍPIOS E VALORES	81
→ ÉTICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA.....	86
→ ÉTICA NO SETOR PÚBLICO E FUNÇÃO PÚBLICA	88
→ GABARITO 	96
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	99
→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOUTRINA) - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	99
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	103
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	104
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	104
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS	105
→ PERDA DA NACIONALIDADE	105
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	106
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	106
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	106
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	107
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	107
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	108
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	111
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	112
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	112
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988).....	113
→ MEDIDAS PROVISÓRIAS	113
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988)	113
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	113
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....	114
→ DO ESTATUTO DA MAGISTRATURA (ART. 93 DA CF/1988)	114

→ COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS (PODER JUDICIÁRIO, ART. 96 DA CF/1988)	114
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	115
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	115
→ DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS (ARTS. 106 A 110 DA CF/1988).....	115
→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DO TRABALHO (ARTS. 111 A 117 DA CF/1988).....	115
→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES ELEITORAIS (ARTS. 118 A 121 DA CF/1988)	115
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	116
→ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP	116
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988).....	117
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	117
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	117
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	118
→ DISPOSIÇÃO GERAL DA ORDEM SOCIAL (ART. 193 DA CF/1988)	118
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988)	118
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)	118
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	119
→ DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ARTS. 218 E 219 DA CF/1988).....	121
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988)	121
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	121
→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI).....	121
→ CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PELOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS.....	121
→ GABARITO 	122

DIREITO ADMINISTRATIVO 125

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	125
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	125
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	125
→ VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA (ART. 167 DA CF/1988)	126
→ DA RECEITA PÚBLICA (ARTS. 11 A 14 DA LRF)	126
→ GERAÇÃO DE DESPESA E DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO (ARTS. 15 A 17 DA LRF).....	126
→ DESPESAS COM PESSOAL E SEGURIDADE SOCIAL (ARTS. 18 A 24 DA LRF)	127
→ GARANTIA, CONTRAGARANTIA E RESTOS A PAGAR (ARTS. 40 A 42 DA LRF).....	127
→ GESTÃO PATRIMONIAL (ARTS. 43 A 47 DA LRF).....	127
→ TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL (ARTS. 48 E 49 DA LRF)	127
→ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF (ARTS. 54 E 55 DA LRF)	128
→ DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 60 A 75 DA LRF).....	128
→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS	128
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	130
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	130

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	130
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	131
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	131
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	131
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	131
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	132
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	133
→ LEI Nº 13.303/2016 - ESTATUTO JURÍDICO DA EP E SEM (ARTS. 1º A 27)	133
→ REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS (SERVIÇOS PÚBLICOS).....	133
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	133
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	133
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992)	133
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	134
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	135
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992)	135
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992)	136
→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021)	136
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021)	137
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021)	138
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	138
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021)	139
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	140
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	140
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	141
→ ALOCAÇÃO DE RISCOS (ART. 103 DA LEI Nº 14.133/2021)	141
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021)	142
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021).....	142
→ PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP (ARTS. 174 A 176 DA LEI Nº 14.133/2021).....	142
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	143
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	143
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	143
→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	144
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º A 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	146
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 A 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	146
→ DAS REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 23 A 30 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	146
→ DO CONTROLADOR E DO OPERADOR (ARTS. 37 A 40 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	147

→ DA RESPONSABILIDADE E DO RESSARCIMENTO DE DANOS (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	147
→ DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS (ARTS. 46 A 49 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	147
→ GABARITO 	148

DIREITOS HUMANOS..... 151

→ CIÊNCIAS SOCIAIS - RACISMO/PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO	151
→ DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)	154
→ DIREITOS HUMANOS - CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....	156
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	162
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CADH-OAS).....	165
→ MEIOS DE PROTEÇÃO (ARTS. 33 A 73 DA CADH-OAS)	169
→ CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E TRATAMENTOS DEGRADANTES (DECRETO Nº 40/1991)	171
→ CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA (DECRETO Nº 98.386/1989).....	173
→ CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DECRETO Nº 10.932/2022)	173
→ GABARITO 	177

EXECUÇÃO PENAL.....179

→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 7.210/1984 LEP)	179
→ DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP)	179
→ DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL (ART. 61 A 81-B DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP)	186
→ DOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS (ART. 82 A 104 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	188
→ DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE (ARTS. 105 A 170 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	188
→ DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA (ARTS. 171 A 179 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	197
→ DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO (ARTS. 180 A 193 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	198
→ DO PROCEDIMENTO JUDICIAL (ARTS. 194 A 197 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	198
→ GABARITO 	199

LÍNGUA PORTUGUESA

→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (Instituto AVALIA – 2024) Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- a) Vicitude – contorsão – maciço – mantiguera.
- b) Dissentir – corrigir – tranquilizar – subsídio.
- c) Prostação – pertubar – europeia – geleia.
- d) Madastra – reivindicar – rúbrica – sombrancelha.
- e) Pretencioso – tijela – jiboia – herói.

2. (Instituto AVALIA – 2024)

A ARTE DE COMBATER A SOLIDÃO NA GRANDE CIDADE

Com cada vez mais gente morando sozinha, a cidade vai ter que suprir a possibilidade de encontros.

Mauro Calliari

Cada vez mais pessoas moram sozinhas no Brasil. Em pouco mais de dez anos, o percentual de lares unipessoais aumentou de 12% para quase 16%. São 11,8 milhões no país, distribuídas em todas as idades.

Nos Estados Unidos, esse número chega a mais de 30%. Anos atrás, um comunicado do Ministério da Saúde americano alertou para a epidemia de solidão. Morar sozinho não é nem bom, nem ruim, mas, seres gregários que somos, não dá para não constatar que na cidade grande, a “solitude”, aquela sensação de estar bem consigo mesmo, pode muitas vezes descambar para a solidão mesmo, aquela sensação de que algo está acontecendo e você ficou de fora.

O assunto é sério, está crescendo e precisa de cidades que ajudem pessoas a se encontrarem. E aqui temos uma contradição: São Paulo oferece milhares de oportunidades de encontros, espaços públicos, cursos, lazer, até de graça. E ao mesmo tempo não facilita que as pessoas cheguem aos lugares e se sintam seguras nos seus deslocamentos.

O encontro virtual e o encontro real

Atualmente, multiplicam-se as possibilidades do que fazemos em casa. A economia de tempo e a conveniência são ótimas, mas o mundo virtual tem limitações. A maior delas é justamente a supressão de oportunidades de surpresas, conversas e encontros imprevistos.

Por mais desprezado que seja, o papo furado, a conversinha fiada, faz parte da vida urbana. Na fila da catraca do metrô, no caixa do supermercado ao encontrar um vizinho, sempre tem espaço para um comentário rápido, uma troca de opiniões que pode dar alguma cor ao dia. [...]

A arquitetura e o urbanismo fazem diferença

Uma pesquisa de 2017, em Vancouver, mostrou algo incrível: quem mora em prédios mais altos do que cinco andares tem mais dificuldade de conhecer vizinhos. Se for assim, é bem possível que a forma pouco inspirada da nossa verticalização — prédios altíssimos, estúdios minúsculos, garagens ostensivas e pouca interação com a rua — esteja jogando contra a vida na rua, que poderia ganhar densidade e vitalidade com mais prédios baixos no lugar de casas.

Outra modalidade de construção que pode combater a solidão são os cohousings [coabitações]. Começaram na Dinamarca, espalharam-se por outros países e começaram a chegar ao Brasil, com mais de 20 projetos em andamento. Num modelo mais criativo do que o condomínio tradicional, cada pessoa mora em sua casa, mas os projetos preveem uma área comum, que abriga as atividades coletivas. Nas mais de 300 comunidades nos Estados Unidos, o pessoal cozinha junto, planta horta, cuida do jardim.

Olhando para tudo isso, tanto o zoneamento como o Plano Diretor recentemente aprovados têm pouquíssimo a oferecer para a urbanidade paulistana. Todo o esforço parece estar na regulação das edificações, na verticalização pouco criativa e quase nada na criação de espaços públicos e privados que estimulem a convivência na cidade e com a cidade. A solidão também se combate com desenho urbano.

(Adaptado de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauro-wcalliari/2024/04/a-arte-de-combater-a-solidao-na-grande-cidade.shtml>)

Sobre a grafia de algumas palavras do texto, assinale a alternativa correta.

- a) A palavra “percentual” pode ser substituída por “porcentual”, já que ambas as grafias estão corretas.
- b) A palavra “preveem” pode ser grafada como “prevêm”, pois, quando há repetição de vogais, é possível substituí-las por uma só vogal acentuada.
- c) A palavra “gregários” pode ser grafada como “agregários”, uma vez que deriva do verbo “agregar”.
- d) Após o último acordo ortográfico, a palavra “unipessoais” passou a ser grafada com hífen (uni-pessoais).
- e) A palavra “num” está grafada de forma incorreta, de acordo com a norma-padrão, já que a forma correta seria “em um”.

3. (Instituto AVALIA – 2024) Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de Língua Portuguesa, aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, pela Academia Brasileira de Letras e pelas delegações de diversos países, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da Língua Portuguesa e para o seu prestígio internacional, foi aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Com base nesse acordo, assinale a ÚNICA alternativa que apresenta a escrita correta da palavra.

- a) Superrevista.
- b) Contrarregra.
- c) Auto-aprendizagem.
- d) Microonda.

4. (Instituto AVALIA – 2023) Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- a) Angélico – sarjeta – tigela – canjica.
- b) Vernis – desprezo – asia – atrás.
- c) Groselha – prazer – gis – analisar.
- d) Beringela – anjinho – jiló – lage.
- e) Flexa – hoje – bucha – bondoso.

HISTÓRIA DO RN E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RN

→ GEOGRAFIA - GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO NORTE

1. (CEBRASPE-CESPE – 2026) Responsável por cerca de 95% da produção nacional de sal marinho, o Rio Grande do Norte tem em municípios litorâneos estratégicos a concentração dessa produção. Historicamente, os trabalhadores dessa atividade conheceram condições de trabalho inóspitas ao longo do tempo. A respeito dessa atividade laboral, assinale a opção correta.

- a) Diferentemente do passado, os atuais trabalhadores das salinas atuam apenas em determinadas áreas de produção, como na colheita do sal bruto e no seu transporte.
- b) A ausência de grandes empresas no setor dificulta a oferta de programas de assistência aos trabalhadores, como planos de saúde e programas educacionais para os filhos.
- c) Por suas características específicas, a mineração marinha, diferentemente de outras atividades laborais, não oferece maiores riscos ocupacionais.
- d) A competição com outras regiões produtoras, como a região Sul, eliminou a geração de empregos no setor de extração do sal no Rio Grande do Norte.
- e) As condições precárias do trabalho exercido pelos salineiros, como exposição excessiva ao sol, têm sido alvo de denúncias sindicais.

2. (CEBRASPE-CESPE – 2026) Acerca da cadeia produtiva e dos aspectos econômicos relacionados ao sal marinho no Rio Grande do Norte, assinale a opção correta.

- a) O sal produzido no Rio Grande do Norte é comercializado na forma de sal refinado e vendido nos mercados interno e externo para o consumo humano e industrial.
- b) O setor de extração e industrialização do sal marinho gera número expressivo de empregos diretos e indiretos na economia potiguar, sendo os municípios de Mossoró, Macau, Areia Branca, Galinhos e Grossos os principais produtores deste recurso.
- c) O uso industrial do sal refinado é destinado às indústrias de curtumes, conservação e alta tecnologia, sendo utilizado na produção de chips e supercondutores pelo seu teor energético.
- d) O Rio Grande do Norte se destaca na produção industrial da denominada flor de sal, produzida a partir do sal refinado e amplamente utilizada para a alimentação da população local em geral, por seus preços acessíveis.
- e) O estado do Rio Grande do Norte apresenta condições geográficas únicas para a produção de sal em larga escala em seu território, sendo o único produtor deste recurso no Brasil.

3. (CEBRASPE-CESPE – 2026) Acerca do turismo no Rio Grande do Norte, assinale a opção correta.

- a) O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), fomentado pelos governos federal e estadual, promoveu políticas de infraestrutura e fomento ao turismo potiguar, sendo as principais obras a construção da via costeira e a instalação de parque hoteleiro em Natal.
- b) A busca por locais que oferecessem conexões com a natureza foi o ponto-chave para a interiorização do turismo no Rio Grande do Norte, contudo os eventos religiosos que ocorrem nos municípios interioranos, como festas de padroeiros, ainda não possuem papel significativo no cenário turístico estadual.
- c) De norte a sul do estado, o litoral potiguar concentra fluxos turísticos que necessitam de meios de hospedagem, alimentação e serviços, configurando uma organização territorial homogênea tanto do ponto de vista da infraestrutura quanto dos atrativos e segmentos turísticos.
- d) O desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Norte deu-se a partir de iniciativas de base comunitária, envolvendo população local, rede hoteleira, agências de viagem, serviços turísticos e governo federal.
- e) A promoção dos destinos turísticos norte-rio-grandenses deu-se a partir de ações de marketing nacional e internacional e instâncias de gestão comunitária a partir da década de 80 do século passado.

4. (CEBRASPE-CESPE – 2026) Os chamados 4Ms da fruticultura potiguar — melão, melancia, manga e mamão — são responsáveis por 14,72% de toda a produção dessas frutas no Brasil. Do total de 5,26 milhões de toneladas colhidas no país em 2022, cerca de 775,4 mil toneladas foram extraídas do solo potiguar.

Portal Banco do Nordeste. Frutos da irrigação: os 4M's da fruticultura do RN respondem por quase 15% da produção brasileira.

A partir da leitura do texto apresentado, assinale a opção correta a respeito da fruticultura potiguar.

- a) Mossoró é o principal polo fruticultor do Vale do Açu, região do estado onde há o complexo produtivo de melão, manga, banana e uva.
- b) A expansão da fruticultura no Rio Grande do Norte ocorreu a partir da vinda de cooperativas do sul do Brasil, que, especializadas na produção de frutas tropicais, aproveitaram as condições geográficas locais para expansão de suas atividades.
- c) Caicó, um dos principais centros da rede urbana norte-rio-grandense, é um polo agroindustrial de produção, transformação e comercialização da fruticultura irrigada, concentrando a produção de frutas do estado.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

→ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO – ÉTICA, MORAL, PRINCÍPIOS E VALORES

1. (VUNESP – 2026) Durante o atendimento, um segurado pede ao servidor que “facilite” a inclusão de um documento fora do prazo, “porque isso não vai prejudicar ninguém”. O servidor explica que não pode fazê-lo e orienta o procedimento correto.

A postura adotada reflete

- a) o princípio da supremacia do interesse privado sobre o público.
- b) a violação ao princípio da legalidade.
- c) a conduta ética e o respeito às normas.
- d) a flexibilidade administrativa prevista na discricionariedade.
- e) o afastamento da moralidade, mas o cumprimento da eficiência.

2. (FGV – 2025) O chefe de um setor público tem a responsabilidade de distribuir os recursos para projetos internos de sua equipe. Ele decide favorecer os projetos de colegas próximos, que frequentemente o ajudam em tarefas pessoais.

Considerando a ética profissional, a situação acima viola o princípio da

- a) impessoalidade.
- b) eficiência
- c) legalidade.
- d) cortesia.
- e) publicidade.

3. (FGV – 2025) Um servidor público de nível superior, ao participar da elaboração de um edital para contratação de serviços terceirizados, incluiu exigências técnicas que favoreciam uma empresa específica para a qual já havia trabalhado anteriormente. Além disso, ele evitou divulgar amplamente o processo licitatório, alegando que isso reduziria a burocracia e aceleraria a contratação.

Com base nos princípios da Administração e na ética profissional, assinale a afirmativa correta.

- a) A omissão na divulgação do processo é aceitável se houver intenção de beneficiar o interesse público.
- b) A conduta do servidor atendeu ao princípio da eficiência, ao buscar acelerar o processo de contratação.
- c) O comportamento do servidor foi legítimo, pois a escolha de fornecedores é uma questão técnica e pessoal.
- d) A inclusão de exigências específicas no edital foi válida, desde que o servidor tenha experiência prévia no setor.
- e) A conduta violou os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade, comprometendo a ética no serviço público.

4. (VUNESP – 2025) A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de viver com qualidade e bem-estar, de participar ativamente da vida em sociedade e do governo de seu povo. A tendência da maioria é pensar que o funcionamento da cidadania depende somente dos agentes políticos, ou seja, do governo.

A cidadania se refere também às relações entre os cidadãos, àqueles que pertencem a uma cidade, por meio dos procedimentos acordados entre eles e expressos

- a) nas leis.
- b) na mídia.
- c) na produção.
- d) nas redes.
- e) na aprendizagem.

5. (VUNESP – 2025) Um processo de formação cidadã deve priorizar as mudanças de valores, de atitudes, de posições, de comportamentos e de crenças em favor da prática da tolerância, da paz e do respeito ao ser humano.

Nessa perspectiva, é correto afirmar que não é uma cidadania formal, distanciada do contexto sociopolítico, cultural e ético que garante juridicamente os direitos, mas uma cidadania ativa, concretizada por meio

- a) da subjetividade humana.
- b) do compromisso pessoal.
- c) da participação popular.
- d) de expressões simbólicas.
- e) de práticas sucessivas.

6. (VUNESP – 2025) Uma das principais questões que as sociedades modernas têm enfrentado é a concretização de uma formação cidadã que valorize e respeite a diversidade cultural dos países e povos e que não viole os direitos fundamentais dos seres humanos. A diversidade, como princípio para a formação de valores democráticos, pressupõe a superação de conflitos, discriminações e violências presentes na sociedade.

Essa é uma tensão que está posta para o conjunto das sociedades que buscam avançar na perspectiva do respeito às múltiplas culturas e na materialização

- a) dos direitos humanos.
- b) dos sonhos pessoais.
- c) da soberania plena.
- d) da primazia grupal.
- e) da satisfação de necessidades.

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

1. (Instituto AACP – 2026) Após reunião internacional realizada na Malásia, firmou-se tratado de direitos humanos sobre prevenção e combate à tortura. No Brasil, o tratado foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Nessa hipótese, é correto afirmar que o referido tratado gozará de status equivalente às

- a) medidas provisórias convertidas em lei.
- b) emendas constitucionais.
- c) leis complementares federais.
- d) leis ordinárias federais.

2. (Instituto AACP – 2026) De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, as normas constantes de tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil possuem aplicabilidade

- a) condicionada.
- b) diferida.
- c) prospectiva.
- d) imediata.

3. (Instituto AACP – 2026) Nos termos da Constituição Federal, “o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão” (art. 5º, § 4º). Considerando a competência material do Tribunal Penal Internacional, são crimes de sua competência para julgamento, EXCETO

- a) crimes de genocídio.
- b) crimes contra a humanidade.
- c) crimes de guerra.
- d) crimes contra a Administração Pública.

4. (Instituto AACP – 2026) A respeito da inviolabilidade do domicílio enquanto direito individual fundamental, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que

- a) o consentimento de vizinho autoriza o ingresso de alguém no domicílio alheio quando informado por escrito e em formulário específico.
- b) em caso de flagrante delito, o ingresso no domicílio depende de consentimento do morador.
- c) uma busca domiciliar determinada judicialmente deve ser cumprida durante o dia e independe do consentimento do morador.

- d) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem autorização para prestar socorro.
- e) desastre e determinação judicial autorizam o ingresso no domicílio alheio tanto durante o dia quanto durante a noite.

5. (Instituto AACP – 2026) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa que apresenta um direito ou uma garantia individual e coletiva listado(a) no artigo quinto.

- a) Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- b) Proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- c) Direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.
- d) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- e) Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

6. (Instituto AACP – 2026) Acerca dos deveres e direitos individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) É livre a manifestação do pensamento e a proteção ao anonimato.
- b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas e ter suas atividades suspensas por decisão administrativa de última instância ou decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.
- c) No caso de perigo, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia como indenização de eventuais danos.
- d) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a preferência pessoal do apenado.
- e) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

7. (Instituto AACP – 2026) Um cidadão com 18 anos de idade praticou um crime punível com pena privativa de liberdade. Em tal contexto e considerando as informações narradas, à luz dos direitos e garantias fundamentais, na forma estabelecida pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964)

1. (Instituto AOCF – 2023) O Plano Plurianual (PPA) utilizado no planejamento de orçamentos públicos no Brasil, apresenta quantos anos de vigência?

- a) Um ano.
- b) Dois anos.
- c) Três anos.
- d) Quatro anos.
- e) Cinco anos.

→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964)

2. (Instituto AOCF – 2026) Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

- a) Estabelecerá as diretrizes de política tributária e as respectivas metas.
- b) Preverá as receitas e fixará as despesas para a concretização das diretrizes, dos objetivos e das metas do Plano Plurianual (PPA).
- c) Estabelecerá a continuidade administrativa das suas metas e programas, de modo que os novos governos possam avaliar aqueles iniciados pelos gestores anteriores.
- d) Definirá as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente e orientará a elaboração do PPA.
- e) Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

3. (Instituto AOCF – 2023) Em relação à composição orçamentária e suas peças, assinale a alternativa que indica o prazo de devolução ao poder executivo da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), segundo a CF/88.

- a) Até o encerramento do segundo período da sessão legislativa (31/08).
- b) Até o encerramento da sessão legislativa do ano do seu envio (22/12).
- c) Até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17/07).
- d) Até o encerramento da sessão legislativa do ano do seu envio (17/07).
- e) Até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15/04).

→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964)

4. (Instituto AOCF – 2026) Um Instituto Federal de Ensino está elaborando sua proposta orçamentária para o próximo exercício financeiro. Durante o planejamento, a gestão pretende incluir na previsão da receita valores de convênios que ainda se encontram apenas em fase de negociação, sem formalização ou assinatura dos respectivos instrumentos. Com base na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- a) a conduta é adequada, pois a proposta orçamentária pode contemplar receitas estimadas, ainda que não haja formalização prévia dos convênios.
- b) a conduta é inadequada, pois a Lei Orçamentária deve conter apenas receitas cuja arrecadação seja legalmente prevista.
- c) a conduta é obrigatória, pois todas as expectativas de ingresso financeiro devem constar na proposta orçamentária.
- d) a conduta é vedada apenas se os convênios envolverem recursos de outros entes federativos.
- e) a inclusão é adequada, mas depende de autorização do Ministério da Educação, independentemente de formalização.

5. (Instituto AOCF – 2026) De acordo com a Lei nº 4.320/1964, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

II. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

III. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

IV. A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares.

- a) I, II, III e IV.
- b) Apenas I, II e IV.
- c) Apenas I, III e IV.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas III e IV.

6. (Instituto AOCF – 2023) Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A Lei Orçamentária Anual de cada unidade federativa deve compreender o orçamento fiscal de seus Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

DIREITOS HUMANOS

→ CIÊNCIAS SOCIAIS - RACISMO/PRECONCEITO/ DISCRIMINAÇÃO

1. (CEBRASPE - CESPE – 2026) O conceito de racismo institucional, amplamente discutido na sociologia e em estudos sobre relações raciais, envolve as formas pelas quais instituições públicas e privadas produzem, reproduzem ou mantêm desigualdades raciais. Em relação a esse conceito, assinale a opção correta.

- a) O racismo institucional ocorre apenas quando agentes públicos manifestam atitudes explicitamente preconceituosas, configurando-se como prática consciente e voluntária de discriminação racial.
- b) O racismo institucional caracteriza-se por desigualdades raciais geradas por normas, rotinas e padrões de funcionamento que, mesmo aplicados de forma aparentemente neutra, produzem efeitos sistematicamente desfavoráveis a determinados grupos raciais.
- c) O conceito de racismo institucional é incompatível com sociedades democráticas contemporâneas, pois a existência de legislação antirracista impede que instituições reproduzam desigualdades raciais, independentemente da intenção de seus agentes.
- d) A identificação de racismo institucional exige a demonstração de que um grupo racial foi alvo de perseguição deliberada, sendo insuficiente comprovar diferenças sistemáticas de acesso a direitos ou oportunidades.
- e) O racismo institucional desaparece quando indivíduos negros e indígenas ocupam posições de liderança nos espaços institucionais, pois sua presença é a prova de que práticas discriminatórias deixaram de ocorrer.

2. (FGV – 2025) Leia o trecho a seguir.

A discussão sobre interseccionalidade tem ocupado um espaço importante na pesquisa de gênero. O reconhecimento de que formas sexuais de injustiça são, por um lado, análogas e, por outro, empiricamente entrelaçadas com outras formas de injustiça - como as relacionadas a “raça”, etnia e religião - encontra nesse conceito sua expressão teórica. Tanto racismos quanto sexismos podem ser entendidos como fenômenos complexos de poder que operam no contexto de atribuição de diferenças categoriais. Mesmo que não seja sempre necessariamente assim, eles frequentemente funcionam por meio de referências a características corporais e, portanto, por meio de referências a supostas certezas biológicas. É por isso que atribuições de diferença de cunho racista ou sexista são geralmente atribuições de diferenças naturalizadas que exigem validade atemporal ou pelo menos por longos períodos. Nesse sentido também as formas racistas e sexistas de poder são diferentes daquelas que operam vinculadas a relações de classe ou de produção.

Adaptado de: KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos estud. CEBRAP (93), 2012, pp. 45- 46.

Assinale a afirmativa que descreve corretamente a interpretação da autora sobre as abordagens interseccionais nos estudos sociológicos.

- a) A autora entende a abordagem como uma maneira de conectar diferentes formas de injustiça social.
- b) A autora entende que a abordagem revela a diferenciação intransponível entre determinadas categorias sociais.
- c) A autora entende que a abordagem evidencia a possibilidade de mobilidade social em todas os grupos marginalizados.
- d) A autora entende a abordagem como uma forma de igualar as diferentes formas de marginalizações.
- e) A autora entende a abordagem como um procedimento de conceituação simplificada e unidimensional.

3. (FGV – 2025) Leia o trecho a seguir.

Ele está arraigado em quase todas as nossas práticas cotidianas. São atitudes, por exemplo, presumir que uma pessoa com deficiência seja incapaz de realizar qualquer atividade que as ditas pessoas normais realizam. É fato que o modo como algumas pessoas com deficiência realiza atividades pode não ser o mesmo que outras pessoas sem deficiência realizam, mas, nem por isso, elas deixam de realizar ou as fazem de maneira errada e incompleta. Lembremos que todos nós realizamos atividades de vida diária de acordo com as nossas possibilidades.

Adaptado de: SOUZA, Ludmilla. Entrevista com o cientista social Julian Simões pela Agência Brasil, São Paulo, 2021.

Assinale a afirmativa que identifica corretamente o tipo de preconceito descrito pelo trecho reproduzido.

- a) Classismo.
- b) Misoginia.
- c) Capacitismo.
- d) Racismo.
- e) Homofobia.

4. (VUNESP – 2025) Nas eleições municipais de 2020, pessoas de cor ou raça preta eram 8,8% da população, 2% dos prefeitos e 6,2% dos vereadores. Também em relação a 2020, pessoas de cor ou raça parda eram 47,5% da população, mas 30% dos prefeitos e 38,5% dos vereadores. Quanto à população amarela e indígena, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), esses dois grupos representavam cerca de 1% da população, enquanto somavam 0,5% dos prefeitos e 0,7% dos vereadores. O contraste foi maior nos municípios mais populosos. Naqueles com até 20 mil habitantes, os eleitos distribuíram-se como segue: cor ou raça branca (67,9%), parda (29,0%), preta (2,0%), amarela (0,5%) e indígena (0,2%). Entre os 48 municípios com 500 mil ou mais habitantes, houve 39 prefeitos eleitos de cor ou raça branca (81,3%) e 9 prefeitos de cor ou raça parda (18,8%).

(IBGE, 2022. Adaptado)

A partir dos dados apresentados no texto, conclui-se que

- a) o racismo estrutural predominou nos municípios mais populosos em 2020.
- b) a população indígena teve a sua representação aumentada nas eleições de 2020.

EXECUÇÃO PENAL

→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 7.210/1984 LEP)

1. (CEBRASPE-CESPE – 2022) São destinatários do princípio da proporcionalidade aplicável no âmbito da execução penal

- a) o juiz e os órgãos de execução.
- b) o juiz, o legislativo e os órgãos de execução.
- c) o legislativo e os órgãos da execução.
- d) os órgãos da execução.
- e) o juiz e o legislativo.

2. (CEBRASPE-CESPE – 2019) De acordo com a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores, transita em julgado a sentença penal condenatória ou absolutória imprópria e iniciada a fase da execução penal,

- a) o condenado deverá ser citado no processo de execução da pena se tiver sido condenado a pena privativa de liberdade.
- b) o processo de execução deverá desenvolver-se mediante provocação da parte, sendo vedado o provimento por impulso oficial do juízo da execução.
- c) será facultada ao ofendido ou aos seus sucessores a participação nas fases jurisdicionais do procedimento executório mediante habilitação nos autos.
- d) competirá ao juízo estadual de execução penal a execução das penas impostas aos sentenciados pela justiça militar quando estes forem recolhidos em estabelecimentos prisionais estaduais.
- e) poderá o juízo da execução dar início ao processo de execução forçada da sanção pecuniária se a pena aplicada for exclusivamente de multa e o condenado não efetuar o pagamento no prazo legal.

→ DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP)

3. (Instituto AOCF – 2026) De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), assinale a alternativa correta.

- a) A assistência à saúde ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.
- b) A assistência material tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.
- c) As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.
- d) A assistência religiosa, assegurada a liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-lhes participar dos serviços organizados no estabelecimento penal, sendo vedada a posse de livros de instrução religiosa.

4. (Instituto AOCF – 2026) Durante a execução de pena por organização criminosa, um detento foi responsabilizado por falta grave consistente na prática de crime doloso que ocasionou subversão da ordem interna. Observadas as formalidades legais, o Juízo da Execução determinou a inclusão desse detento no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Nessa hipótese, de acordo com a Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que constitui característica do RDD

- a) direito de saída da cela para banho de sol por até 1 (uma) hora diária, sem contato com internos do mesmo grupo criminoso.
- b) entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário.
- c) participação obrigatoriamente em audiências por judiciais videoconferência, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso.
- d) duração máxima de até 12 (doze) meses, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.

5. (Instituto AOCF – 2026) Em relação ao trabalho previsto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), assinale a alternativa correta.

- a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) O trabalho do preso será remunerado, mediante tabela prévia, não podendo ser inferior a um salário mínimo nacional.
- c) No trabalho externo, a prestação de serviços à entidade privada independe do consentimento expresso do preso.
- d) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

6. (FGV – 2026) João, preso preventivamente pela prática do crime de roubo circunstanciado, praticou fato previsto em lei como crime culposos. Registre-se que, em razão da sua ação, houve subversão da ordem interna no âmbito do estabelecimento prisional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que João

- a) poderá ser incluído no regime disciplinar diferenciado, já que a sua conduta ensejou a subversão da ordem interna no âmbito do estabelecimento prisional.
- b) poderá ser incluído no regime disciplinar diferenciado, já que a sua segregação cautelar decorre da prática de crime de roubo circunstanciado.
- c) não poderá ser incluído no regime disciplinar diferenciado, já que a sua conduta caracterizou crime culposos.
- d) poderá ser incluído no regime disciplinar diferenciado, que terá duração máxima de seis meses.
- e) não poderá ser incluído no regime disciplinar diferenciado, por se tratar de preso provisório.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO